



UMA ANÁLISE DOS JULGAMENTOS PENAIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ NA PERSPECTIVA DO RESPEITO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Diego Marques da Silva
Allana Marques Schrappe (Orientadora)

Resumo

As questões tratadas pelo direito penal e processual penal referem-se ao bem mais precioso e insubstituível do ser humano: a liberdade. Na transição de um Estado autoritário para um Estado democrático, o direito, no campo penal, assume uma função de limite à intervenção estatal, seja no manejo dos instrumentos processuais, seja nas decisões penais e sua execução. Sabe-se que há um excesso de pessoas no cárcere, que faz do Brasil a terceira maior população prisional do mundo, atrás apenas dos EUA e da China. Muitos dos que lá estão sequer tiveram acesso a um processo penal devido, com o respeito de todas as garantias constitucionais, como a presunção de inocência e a de ter o seu caso debatido, em segunda instância, por um órgão colegiado, que, em recurso de apelação, tem a incumbência de analisar amplamente fatos e provas. Tais garantias, uma vez respeitadas e devidamente observadas, revestem de efetividade o resultado do julgamento e cumprem a função garantista que nos restou como herança da Ilustração. A presente pesquisa, neste sentido, pretende investigar como as câmaras criminais do Tribunal de Justiça do Paraná decidem os casos penais, a partir de uma perspectiva de respeito às garantias e aos direitos constitucionalmente previstos. De início, e como resultado de uma prévia observação das sessões de julgamento, pode-se afirmar que as decisões das câmaras criminais carecem de debate público e de devida fundamentação colegiada, com ausência de exposição das matérias de fato ou de direito. Em alguns dos julgamentos presenciados na segunda instância, a sentença foi reformada pelos desembargadores, mas, ainda assim, em razão da enorme quantidade de processos, muitos ficaram sem uma análise mais atenta dos magistrados. Diante de tal situação, indaga-se se tais formas de julgamento não infringem o princípio constitucional do devido processo legal e questiona-se o que é mais importante durante um processo, à rapidez de seu julgamento ou o respeito às garantias constitucionais. A pesquisa, assim, pretende desvelar o que está escondido nas decisões dos tribunais e, com isso, chamar a atenção para a importância da tomada de responsabilidade dos magistrados diante do exame dos casos penais no Brasil.

Palavras-chave: devido processo legal; duplo grau de jurisdição; sistema penal; garantias constitucionais.